**PROJECTO DE
REGULAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJECTOS INDIVIDUAIS DE PÓS-
DOUTORAMENTO NA ESCOLA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

Artigo 1.º

Âmbito

1. O presente regulamento aplica-se aos Programas de Pós-Doutoramento da Escola de Direito (ED) da Universidade do Minho (UM).
2. Por Programa de Pós-Doutoramento entende-se um programa individual de investigação a desenvolver por um investigador doutorado, externo à Universidade do Minho, sob a responsabilidade científica de um Professor Catedrático ou Associado, ou ainda um Professor Auxiliar com nomeação definitiva, adiante designado por Responsável Científico.
3. Um Programa de Pós-Doutoramento visa o aprofundamento, por parte do candidato, de competências de realização de investigação autónoma.
4. Os projectos de trabalho de pós-doutoramento a desenvolver na ED devem integrar-se no âmbito científico das actividades de investigação desta UOEI.

Artigo 2.º

Tipologias

Os programas de pós-doutoramento na Escola de Direito da Universidade do Minho podem assumir uma das seguintes modalidades:

- a) *Pós-doutoramento a título individual* – projecto de pós-doutoramento desenvolvido por um doutorado no âmbito das linhas de acção promovidas pelos Centros de Investigação, sob tutoria de um membro integrado, com vínculo contratual à Escola de Direito;
- b) *Pós-doutoramento com curso* – projecto de pós-doutoramento desenvolvido por um doutorado no âmbito de um curso de pós-doutoramento organizado por um Centro de Investigação da Escola de Direito e subordinado a um tema geral de investigação.

Artigo 3.º

**Aprovação dos programas de pós-doutoramento em cooperação e dos programas
de pós-doutoramento com curso**

1. Os programas de pós-doutoramento com curso regem-se pelo regulamento do respectivo curso, que será aprovado pelo Conselho Científico da Escola de Direito da Universidade de Minho, sob proposta de um Centro de Investigação.
2. Os *pós-doutoramentos a título individual* regem-se pelo disposto no presente regulamento.

Artigo 4.º

Candidatura ao programa de pós-doutoramento individual

1. A candidatura ao *programa de pós-doutoramento individual* inicia-se com a apresentação do *projecto individual de pós-doutoramento* ao Director do Centro de Investigação no qual se irá enquadrar a investigação.
2. Podem candidatar-se ao *pós-doutoramento* na EDUM os titulares do grau de doutor em Direito, excepto os que sejam docentes da Escola de Direito da Universidade de Minho, incluindo docentes convidados.
3. A candidatura deve ser instruída com os seguintes elementos:
 - a) documento comprovativo do grau de doutor em direito reconhecido pela UM;
 - b) *Curriculum Vitae* actualizado;
 - c) Projecto individual de pós-doutoramento.
4. Do *projecto individual de pós-doutoramento* há-de constar a seguinte informação:
 - a) tema a tratar;
 - b) área científica em que se integra, de entre aquelas em que a Escola de Direito outorga o título de Doutor;
 - c) plano de trabalhos a desenvolver e respectiva metodologia;
 - d) cronograma;
 - e) declaração de aceitação do responsável científico.

Artigo 5º

(Admissão e prazos)

1. A admissão ao Programa de Pós-Doutoramento individual é feita a título individual.
2. A admissão ao Programa de Pós-Doutoramento pode ser efectuada em qualquer época do ano.

Artigo 6.º

Aprovação das candidaturas

As candidaturas aos *projectos individuais de pós-doutoramento* são submetidas a aprovação do Conselho Científico da Escola de Direito da Universidade de Minho, uma vez informadas com parecer do Director do Centro de Investigação em que se integram.

Artigo 7.º

Duração do programa

1. O *programa de pós-doutoramento individual* inicia-se com a aprovação da candidatura e tem a duração mínima de três meses e máxima de três anos.
2. Em qualquer caso, a frequência do *programa de pós-doutoramento* exige sempre uma estadia de investigação na Escola de Direito da Universidade de, pelo menos, três meses.

Artigo 8.º

Responsáveis científicos

Podem ser responsáveis científicos de *projectos individuais de pós-doutoramento* os professores catedráticos, associados, e auxiliares com nomeação definitiva da Escola de Direito da Universidade de Minho.

Artigo 9.º

Condições de investigação

1. Aos *pós-doutorandos* é garantido o acesso à biblioteca e às bases de dados subscritas pela Escola de Direito, aos espaços de investigação e de trabalho dos investigadores disponíveis na Universidade do Minho e o apoio logístico que é garantido ao restante corpo discente.
2. Sempre que se justifique, o pós-doutorando poderá colaborar em projectos de investigação ou em outras actividades, incluindo actividades lectivas, com a aprovação do Conselho Científico da Escola de Direito da Universidade de Minho.

Artigo 10.º

Matrícula

1. A inscrição num Programa de Pós-Doutoramento é efectuada nos Serviços Académicos, no prazo máximo de um mês após a aprovação da candidatura pelo Conselho Científico.

2. Em casos devidamente justificados, designadamente de candidatos estrangeiros, podem estes ser autorizados pelo Conselho Científico a inscrever-se depois de decorrido aquele prazo.
3. Se decorrido meio ano após a aprovação de uma candidatura a um Programa de Pós-Doutoramento pelo Conselho Científico não tiver havido lugar a inscrição nos Serviços Académicos, a aprovação da candidatura caduca.
4. No caso de programas com duração superior a um ano, o investigador deve proceder à renovação anual da matrícula, até à conclusão do mesmo.

Artigo 11.º

Propina e condições de pagamento

1. A propina devida pela frequência do programa de pós-doutoramento é fixada anualmente pelos órgãos competentes da Universidade, sob proposta da Escola de Direito.
2. Caso o pós-doutorando venha a participar em actividades de investigação, ou em actividades lectivas, o montante da propina poderá ser proporcionalmente reduzido, na componente que é receita da Escola de Direito.

Artigo 12.º

(Integração em Grupos de Investigação)

Os Pós-Doutorandos integram-se no Centro de Investigação da ED a que pertence o seu Responsável Científico.

Artigo 13.º

(Relatório de Pós-doutoramento)

1. Até três meses após o termo do programa de pós-doutoramento, o Pós-Doutorando apresentará ao Conselho Científico da ED: um Relatório de Pós-Doutoramento, circunstanciado, das actividades realizadas e que explicita a relação com o programa de trabalhos inicialmente aprovado pelo Conselho Científico.
2. O Relatório de Pós-Doutoramento pode assumir o formato de:
 - i) relatório de investigação de cariz teórico e/ou empírico;
 - ii) compilação de trabalhos publicados no âmbito do programa de pós-doutoramento, devendo, neste caso, incluir uma contextualização geral dos trabalhos e uma síntese conclusiva.

3. O Relatório de Pós-Doutoramento deve, com as necessárias adaptações, seguir as normas gráficas da Universidade do Minho para apresentação de teses e dissertações.

Artigo 14.º

(Entrega do Relatório de Pós-Doutoramento)

O Relatório referido no artigo anterior, acompanhado do ofício dirigido ao Conselho Científico, é entregue na Secretaria da ED, devendo o processo incluir:

- i) dois exemplares do Relatório, em papel e em CD;
- ii) o parecer do Responsável Científico.

Artigo 15.º

Avaliação

1. A avaliação do Pós-Doutoramento é feita por um júri composto pelo responsável científico e dois professores nomeados para o efeito pelo Conselho do Departamento a que pertence a Especialidade de Pós-Doutoramento, com base no Relatório entregue e no parecer do Responsável Científico.
2. O júri avalia o Relatório de Pós-Doutoramento, sendo atribuída uma das seguintes classificações: aprovado ou não aprovado.
3. A decisão do júri, constante de ata de reunião, é comunicada ao Presidente do Conselho Científico para homologação.

Artigo 16.º

Emissão do título

A conclusão com sucesso do programa de pós-doutoramento dá direito à emissão de um Certificado de Estudos Pós-doutorais e suplemento ao diploma, emitidos pela UM, nos termos do disposto nos artigos 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 74/2006.